

Psicologia Social Jurídica: Articulações de práticas de ensino, pesquisa e extensão no Brasil

Laura Cristina Eiras Coelho Soares

Lisandra Espíndula Moreira

André Luiz Machado das Neves

João Paulo Pereira Barros

Este livro tem como objetivo a divulgação de produções do campo da Psicologia social jurídica desenvolvidas em âmbito nacional e provenientes da articulação de práticas de ensino, pesquisa e extensão. A elaboração desta coletânea, cujo caráter inovador está na sua temática, abordagem e diversidade regional, resultou de importantes debates produzidos na disciplina interinstitucional de pós-graduação intitulada “Psicologia Social Jurídica: debates na interface com o(s) Direito(s)”.

O corpo docente envolvido nessa proposta integra o grupo de pesquisa cadastrado no CNPq intitulado Núcleo de Pesquisa em Psicologia Jurídica (NPPJ). O NPPJ é constituído por docentes e discentes inseridos em universidades de várias localidades brasileiras. Atualmente, compõem a rede interinstitucional do NPPJ quinze professores inseridos em treze universidades diferentes em regiões diversas (UFMG, UFMA, UFC, UFCG, UFRJ, UERJ, UEA, UFAM, UFAL, PUC-SP, PUC-MG, Pio Décimo-SE e UVA-RJ).

Em meio às intensas e diversas dificuldades vivenciadas pela pandemia de Covid-19 no Brasil e pela consequente adoção do formato de ensino remoto emergencial por conta da necessidade de distanciamento social, foi ofertada, no segundo semestre de 2020, uma disciplina online articulando sete programas de pós-graduação de seis universidades públicas de diferentes regiões do Brasil: UFAM (PPGPSI); UEA (PPGSP); UFMG (PPGPSI); UFSC (PPGP); UFC (PPGPSI) e UFRJ (PPGP e PPDH).

A partir dessa rede entre programas de Pós-graduação, foram debatidas questões de suma importância para o campo da Psicologia Social Jurídica, tais como: perspectivas históricas da Psicologia Social Jurídica no Brasil (Moreira & Soares, 2020), abordagens epistemológicas da Psicologia Social na interface com o(s) direito(s) (Oliveira, Moreira, & Natividade, 2020; Sampaio, 2017) e desafios metodológicos no campo da pesquisa em psicologia jurídica (Oliveira, Soares, & Ferraz, 2020; Perez-Tarres et al., 2019). Também foram abordadas temáticas contemporâneas da Psicologia Social Jurídica, dentre elas: segurança pública, direitos humanos, infâncias e juventudes (Barros, Benício, & Bicalho, 2019); família, parentalidade e filiação (Oliveira, 2017; Souza & Fontella, 2016; Therense & Oliveira, 2017) violências, gênero e sexualidade (Carrara & Vianna, 2006).

O contexto em que essa disciplina e os textos derivados dessa articulação em rede se deu caracteriza-se por inúmeros desafios sanitários, econômicos e ético-políticos. Ataques às instituições democráticas, negligências em relação às medidas necessárias frente à pandemia e descaso frente à morte de milhares de pessoas, desmontes de políticas públicas, sufocamento de universidades, agências de fomento e da produção científica nacional, aumento de desigualdades e violências que se direcionam precipuamente aos segmentos sociais que, historicamente, têm sido alvo de lógicas e práticas de opressão coloniais, as quais, por sua vez, atualizam-se, no âmbito da racionalidade neoliberal a partir de diferentes estratégias e dispositivos.

Os materiais reunidos nesta obra trazem, à sua maneira, essa atualidade e se conectam, ética e politicamente, pelo movimento de insurgência frente a tais desmontes e retrocessos. Em termos de sua relevância e de seu potencial impacto, apresentam, portanto, possibilidades de subsidiar, criticamente, ações de capacitação e de profissionalização na área da Psicologia, visando uma atuação técnica, ética e embasada teoricamente junto ao Sistema de Justiça, articulando teoria e prática. Cabe pontuar que se entende o Sistema de justiça como um campo de atuação amplo que envolve diversos equipamentos - inseridos em diferentes políticas públicas - que não se situam necessariamente no Poder Judiciário, mas que compõem ou se remetem às práticas de justiça. Dessa forma, estão aqui englobados os equipamentos diretamente vinculados à justiça e também

a rede mais ampliada de políticas públicas de assistência social e educação, ou seja, inclui tribunais de justiça, ministério público, polícias, instituições de execução penal, defensoria pública e espaços de assistência jurídica, bem como a política e os programas de assistência social (incluindo-se as atividades de cumprimento de medidas socioeducativas de prestação de serviço à comunidade e liberdade assistida) e instituições de cumprimento da medida socioeducativa de internação em estabelecimento educacional.

Essa diversidade de espaços e de atuação da Psicologia na interface com o Direito se reflete na estruturação do livro, que perpassa temas como formação, processos de criminalização, violências, adoção, gênero, racismo, desastres, dentre outros. Esta obra convida especialmente docentes, discentes e profissionais de diversas áreas a caminhar por esse emaranhado em que a psicologia é convocada e que, também, posiciona-se diante do cenário da promoção e da garantia do(s) direito(s). Os capítulos escoam pelo labirinto das políticas públicas, das instituições de preservação da ordem, dos processos judiciais, das construções jurídico-legislativas e desembocam em reflexões técnicas, éticas e críticas sobre as possibilidades no campo da Psicologia social jurídica.

A construção coletiva deste livro partiu da escolha de trabalhos elaborados na disciplina de pós-graduação acima referida, o que possibilitou a abertura de espaço de diálogos na produção do conhecimento entre docentes, discentes e profissionais matriculados na disciplina, conectando diferentes contextos brasileiros e abrindo vias de expressão para diferentes perspectivas teóricas e metodológicas. O e-book possui capítulos elaborados por docentes, discentes e profissionais, apresentando caráter interinstitucional e interdisciplinar. Cabe salientar que todos os capítulos da coletânea passaram por revisão por pares com doutorado e de diversas regiões do país.

Assim, o livro foi organizado em três eixos, cujo delineamento também sinaliza a relevância e a originalidade da obra: Psicologia social jurídica; Processos de criminalização; e Violências e proteção (subdividido nas temáticas de Gênero; Infância e juventude; e Adoção e desastres). A seguir, serão apresentados os capítulos que compõem cada eixo.

O primeiro eixo, “Psicologia social jurídica”, é composto por dois capítulos. No primeiro, intitulado “Psicologia jurídica no Brasil: produção,

características e espaços abertos na literatura científica”, elaborado pelas autoras Bruna Keli Lima Diniz e Pilar Albertín Carbó, é possível traçar um panorama das últimas décadas de produções acadêmicas no campo da Psicologia jurídica no Brasil. As reflexões desenvolvidas sobre o cenário encontrado apontam os impactos das mudanças legislativas nas escritas científicas, a ênfase nas áreas de família e infância/juventude, bem como na não identificação por parte de algumas análises de cunho mais crítico voltado para os direitos humanos com a disciplina da Psicologia jurídica.

No capítulo “Psicologia, educação e pandemia: reflexões a partir de uma Psicologia social jurídica”, Luis Felipe Rezende Toribio Dantas e Pedro Paulo Gastalho de Bicalho destacam as mudanças implementadas na educação para a adequação ao cenário pandêmico no Brasil. A psicologia social jurídica expressa-se na reflexão a respeito da garantia do direito à educação com ênfase no ensino voltado para a promoção dos direitos humanos e para a redução das desigualdades. Os questionamentos sobre os impasses e as dificuldades na construção do Ensino Remoto surgem sem os autores se furtarem do debate sobre a necessária construção de uma política de educação antirracista e anti-LGBTQIA+fóbica.

No segundo eixo, “Processos de criminalização”, reuniram-se cinco capítulos. Camila dos Santos Leonardo, Dagualberto Barboza da Silva, Larissa Ferreira Nunes e João Paulo Pereira Barros, em “Periferias, criminalização e re-existências: tensionamentos a partir de ações de uma biblioteca comunitária”, utilizam-se da experimentação “Clube de leitura”, mediada pela plataforma *Instagram*, para tecer reflexões a respeito das periferias urbanas, trazendo questões a respeito da “criminalização” e das “re-existências” que constantemente tensionam essas territorialidades. Frente a essa experimentação, é analisado que as atividades construídas junto à biblioteca figuram como narrativa desobediente do processo de criminalização das periferias e das pessoas que vivem nesse território.

Cristiane Dameda, Pedro Paulo Gastalho de Bicalho e Rosa Maria Leite Ribeiro Pedro, em “Corpos criminalizados e mortos: um olhar sob a Psicologia social jurídica”, tematizam e produzem conexões teóricas sobre as seguintes questões: por que tantos jovens negros são a maioria nas prisões e têm morrido violentamente? Por que o Estado se torna uma instituição que muito mata

utilizando o princípio da excepcionalidade e a defesa como autos de resistência? Como os discursos e conhecimentos de uma criminologia positivista e racista se relacionam com práticas judiciais e policiais, nas próprias leis e políticas atuais, atingindo a vida de jovens-negros-favelados? Como a Psicologia jurídica pode contribuir para reflexões e práticas mais implicadas socialmente?

No capítulo “Privação de liberdade e monitoração eletrônica de pessoas: vivências em torno do cárcere”, Lúcia Maria Bertini e João Paulo Pereira Barros conduzem suas reflexões a fim de problematizar o lugar da Psicologia no contexto das prisões e das alternativas penais. Para isso, partem do dispositivo da monitoração eletrônica e seus efeitos de subjetivação no cotidiano de mulheres jovens no Ceará, destacando também algumas táticas de resistência que essas mulheres agenciam nessa condição.

O quarto e o quinto capítulos do eixo 2 abordam a temática das audiências de custódia. No capítulo “Da necropolítica à libertação: audiências de custódia como uma política da criminologia”, Eric Brandão e Pedro Paulo Bicalho problematizam as políticas de segurança pública e o encarceramento como forma de controle social. Diante desse cenário, os autores analisam a ferramenta jurídica das audiências de custódia como estratégia de resistência aos mecanismos criminológicos e racistas do sistema de justiça. Já o capítulo “Racismo e sistema de justiça criminal: o que as audiências de custódia nos apontam?”, de Liliane Cristina Martins, Poliana de Oliveira Pinto e Lisandra Espíndula Moreira, analisa as audiências de custódia como um dispositivo para pensar as questões raciais no sistema de justiça criminal. Em suas discussões, as autoras problematizam de que forma o procedimento da audiência de custódia, construído como uma estratégia de garantia de direito e análise de casos de prisões abusivas e práticas de tortura, não tem repercutido na diminuição do encarceramento. O referido texto também coloca em questão a dimensão pela qual as estruturas estatais referendam estruturas de reprodução sistemática do racismo estrutural institucionalizado.

Por sua vez, o último eixo do livro, intitulado “Violências e proteção”, subdivide-se em quatro temáticas: Gênero; Infância e juventude; Adoção e desastres. No capítulo de abertura do eixo 3, “Monitoramento da violência: caminhos e experiências”, Roger Silva Sousa e Walberto Silva dos Santos

refletem sobre o monitoramento da violência, letal e não letal. Privilegiam a análise dos caminhos percorridos por instituições e organizações no Ceará. É feita uma discussão comparada acerca das possíveis fontes de dados para a realização do monitoramento da violência, apresentando os pontos de convergência e divergência. Os autores acionam uma discussão das análises mais comuns em publicações acerca do tema, apresentando uma análise crítica dessas publicações.

O tópico sobre “Gênero” agrupa dois capítulos. Em “Psicologia social jurídica, gênero e saberes/sujeitos indisciplinados”, Daniel Fauth W. Martins, Ana Carolina Maurício e Adriano Beiras empreendem reflexões sobre a noção de sujeito na produção dos discursos entre Psicologia e Direito com vistas à elaboração de um projeto de Psicologia Social Jurídica. Para isso, lançam mão da categoria “gênero” enquanto ferramenta de coalizão da suposta solidez desses dois campos de conhecimento. No capítulo “Violência obstétrica no Amazonas: uma revisão integrativa”, Juliana Marques, Calina Hagge, Jahvier Castaneda, Karolline Porto, Munique Pontes e André Luiz Machado das Neves realizam uma revisão integrativa buscando compreender as produções científicas sobre a violência obstétrica no Estado do Amazonas. Com base nesse levantamento, as(os) autoras(es) consideram que as produções locais visibilizam o atravessamento de algumas condições que produzem maior vulnerabilidade das mulheres, especialmente as mulheres indígenas e mulheres ribeirinhas.

No campo da “Infância e juventude”, reuniram-se quatro capítulos. A escrita do capítulo “Poderes públicos e a dimensão de eficácia do Marco Legal da Primeira Infância”, de autoria de Gabriella de Azevedo Carvalho, parte do Marco Legal da Primeira Infância (Lei nº 13.257/2016) para refletir sobre seus efeitos nos direitos das crianças de mães encarceradas, destacando-se os impasses para a efetivação da política pública. A contribuição do capítulo fundamenta-se na reflexão a respeito das condições do cárcere - marcadas pelo racismo e pela seletividade penal - denotando que nem todas as infâncias possuem seus direitos protegidos pelo poder público brasileiro. Gabrielle Cristine Presotto, Thais Rodrigues dos Santos e Andréia Isabel Giacomozzi, no capítulo “Psicologia social jurídica e a (des)criminalização de existências da juventude negra”, problematizam lógicas que

operam na construção paradoxal de existências das juventudes brasileiras, destacando que, enquanto um grupo é protegido pelas instituições legais/estatais, outros segmentos juvenis são historicamente excluídos da ideia de infância moderna universalizada. As autoras destacam que os pressupostos desenvolvimentistas e biologicistas ignoram desigualdades estruturadas pela matriz colonial que constitui a sociedade brasileira.

Dois capítulos desse subtópico abarcam reflexões sobre o Depoimento especial e a escuta especializada. O capítulo “Psicologia, Direito e Depoimento especial: uma proposta de leitura descolonial”, de Rafael Reis da Luz e Hebe Signorini Gonçalves, contribui com um novo olhar para o tema do depoimento especial (DE) ao trazer uma proposta de compreensão descolonial a respeito dessa prática amplamente debatida no âmbito da psicologia jurídica. O autor e a autora refletem sobre o histórico da construção da Convenção Internacional dos Direitos da Criança (CDC) e sua universalização de determinadas perspectivas de infância, dando destaque para a relevante necessidade de se pensar os atravessamentos culturais na construção de diferentes infâncias, com ênfase no Sul global. Por fim, apresentam como a tensão entre os direitos de liberdade e proteção aparece na proposta do DE. Consuelena Leitão, André Luiz Machado das Neves, Iolete da Silva e Camila da Silva colocam em perspectiva os efeitos psicossociais da escuta especializada, analisando, a partir do método etnográfico, atendimentos de crianças e adolescentes em situação de violência sexual. Assim, no capítulo “Violência sexual e a ‘Escuta especializada’ de crianças e adolescentes: reflexões (im)pertinentes”, discutem sentimentos que emergiram em cenas quando as crianças e os adolescentes cogitaram realizar a denúncia.

A temática da “Adoção” é problematizada no capítulo “Adoções necessárias: legislação e iniciativas para a garantia do direito à convivência familiar”, de Camile da Veiga, Mariana Angioletti e Laura Soares. As autoras ressaltam a disparidade entre o número de postulantes à adoção e o número de crianças disponíveis, tomando como referência a legislação atual e as iniciativas do judiciário para o incentivo à adoção. Já no capítulo “Intervenções em adoção: um olhar sob o enfoque da Psicologia social jurídica”, Juliana Gomes Fiorott e Andréia Isabel Giacomozzi apresentam

o percurso legal trilhado pelos adotantes para a efetivação de uma adoção e destacam as (im)possibilidades de atuação do psicólogo jurídico em diversas etapas desse caminho processual. O texto é uma convocação para outros modos de intervenção por parte da psicologia jurídica que ultrapassem uma visão restrita do que pode ser trabalhado diante de uma demanda pericial.

O último subtópico do eixo 3, denominado como “Desastres”, agrega duas contribuições. No capítulo “Desastres ambientais: uma interlocução entre Direito dos desastres, Psicologia na gestão de riscos de desastres e Psicologia social jurídica”, Máisa Hodecker, Taimara Foresti, Andréa Barbará S. Bousfield e Rodrigo Bousfield, a partir de uma abordagem interdisciplinar, refletem sobre a inter-relação entre desastres ambientais. Para tanto, resgatam conceitos da ciência jurídica e da psicologia social sob um enfoque psicossocial, histórico e cultural. Enquanto Lucas Furiati e Claudia Mayorga assinam o texto “Rompimentos de barragens de rejeitos em Minas Gerais, Brasil: possíveis contribuições da Psicologia social”. Nele, trazem reflexões desse campo sobre a questão da mineração em Minas Gerais e seus atingidos, traçam discussões sobre desastres socioambientais, Psicologia Social e Sistema de justiça e concluem assinalando a relevância dessas discussões sobre impactos, perdas, danos, violências e violações de direitos decorrentes de desastres envolvendo rompimento da barragem de rejeitos e/ou de empreendimentos de exploração mineral.

Assim, diante da ampliação das demandas direcionadas à Psicologia a partir do campo jurídico e dos direitos, o presente livro pode se tornar um importante material para a reflexão e o trabalho de docentes, profissionais e estudantes nessa área da Psicologia que se encontra em expansão e que necessita de obras com qualidade teórico-técnica.

Referências

Barros, João P. Pereira, Benicio, Luís F. Souza, & Bicalho, Pedro P. G. (2019). Violências no Brasil: que Problemas e Desafios se Colocam à Psicologia? *Psicol. Cienc. Prof.*, 39(nspe. 2), e225580.

Carrara, Sérgio & Vianna, Adriana R. B. (2006). “Tá lá o corpo estendido no chão...”: a violência letal contra travestis no município do Rio de Janeiro. *Physis*, 16(2), 233-249.

Moreira, Lisandra E. & Soares, Laura C. E. (2020). O que a Psicologia Social tem a dizer ao campo jurídico? In *Psicologia social na trama do(s) direito(s) e da justiça* (1ª ed., pp. 12-20). ABRAPSO.

Oliveira, C. F. B. (2017). (Im)possibilidades de atuação da psicologia jurídica em meio à judicialização das famílias. In M. Therense, C. Oliveira, A. L. Neves, & M. C. Levi (Orgs.), *Psicologia Jurídica e Direito de Família: Para além da perícia psicológica* (pp. 60-81). UEA Edições.

Oliveira, L. F., Soares, Laura C. E., & Ferraz, A. C. (2020). Dois pais e uma mãe? A (multi) parentalidade nas famílias recasadas sob a perspectiva da Psicologia social jurídica. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 20(1) 30-52.

Oliveira, Renata G., Moreira, Lisandra E., & Natividade, Cláudia (2020). Saberes e fazeres da Psicologia Social no campo da Justiça e dos Direitos. In Laura C. Soares & Lisandra E. Moreira (Orgs.), *Psicologia social na trama do(s) direito(s) e da justiça* (1. ed., pp. 21-44). ABRAPSO.

Perez-Tarres, Alicia, Espinosa, Leonor M. Cantera, Santos, Karine D. Andrade, & Silva, Joilson P. (2019). Considerações Metodológicas sobre Investigação Sensível em Metodologia Qualitativa. *Psicol. Cienc. Prof.* [online], 39(nspe.2), e225746.

Sampaio, C. R. B. (2017). Psicologia e Direito: o que pode a Psicologia? Trilhando caminhos para além da perícia psicológica. In M. Therense, C. Oliveira, A. L. Neves, & M. C. Levi (Orgs.), *Psicologia Jurídica e Direito de Família: Para além da perícia psicológica* (pp. 17-59). UEA Edições.

Souza, F. H. O. & Fontella, C. (2016). Diga, Gérard, o que é a parentalidade? *Clinica & Cultura*, 5, 107. <https://seer.ufs.br/index.php/clinicaecultura/article/view/5375>

Therense, M. & Oliveira, E. C. (2017). A atuação do psicólogo no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSC): relato de experiência em Manaus. In M. Therense, C. Oliveira, A. L. Neves, & M. C. Levi (Orgs.), *Psicologia Jurídica e Direito de Família: Para além da perícia psicológica* (pp. 252-272). UEA Edições.